

SALESIANOS DE MANIQUE

**NORMAS
OPERATIVAS
ESPECÍFICAS**



SALESIANOS
DE MANIQUE

Normas Operativas Específicas dos Salesianos de Manique

As presentes Normas Operativas complementam o Regulamento Interno da Escola Salesiana em vigor, apresentando elementos normativos próprios dos Salesianos de Manique.

Os Salesianos de Manique são uma escola de ensino particular e cooperativo com dois regimes de acesso: o regime de contrato de associação outorgado pelo ministério de educação, gratuito, e o regime de lecionação paga.

Avaliação

As apreciações sobre o aproveitamento e comportamento assumem uma finalidade formativa, no decorrer do 1.º, 2.º e 3.º períodos, fundamentando a definição de estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional, permitindo aos professores, aos alunos, aos pais e encarregados de educação obter informação sobre o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias. No final de cada período a avaliação consubstancia um juízo global sobre a turma e sobre os alunos, individualmente. (cf. Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho)

1. *Atitude, conduta e comportamento dos alunos*

Valores expressos através da forma como os alunos atuam e justificam o seu modo de estar e agir, revelados na relação que resulta do triângulo realidade, personalidade e fatores de contexto. (cf. Perfil dos alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória)

A avaliação individual materializa-se, no 2.º e 3.º ciclos e no Secundário, da seguinte forma:

Não Satisfaz	Não participa no processo de aprendizagem; desrespeita-se a si mesmo e aos outros.
Satisfaz Pouco	NÍVEL INTERMÉDIO
Satisfaz	Participa de forma consciente e responsável no processo de aprendizagem; respeita-se a si mesmo e aos outros; sabe agir eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; pondera as ações próprias e alheias em função do bem comum; coopera com o outro para aprender.
Bom	NÍVEL INTERMÉDIO
Muito Bom	Participa de forma ativa, consciente e responsável no processo de aprendizagem; é interventivo, tomando a iniciativa; respeita-se a si mesmo e aos outros; age eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; pondera as ações próprias e alheias em função do bem comum; coopera com o outro para aprender; é confiante, resiliente e persistente, construindo caminhos de aprendizagem.

As competências na área de relacionamento interpessoal dizem respeito à interação com os outros, que ocorre em diferentes contextos sociais e emocionais. Permitem reconhecer, expressar e gerir emoções, construir relações, estabelecer objetivos e dar resposta a necessidades pessoais e sociais. (cf. Perfil dos alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória)

A avaliação dos alunos como turma materializa-se, no 2.º e 3.º ciclos e no Secundário, da seguinte forma:

Não Satisfaz	Manifestam desadequação aos diferentes contextos; muitas dificuldades em trabalhar em equipa, em comunicar e em desenvolver novas formas de estar, olhando à sua volta.
Satisfaz Pouco	NÍVEL INTERMÉDIO
Satisfaz	Adequam comportamentos em contextos de cooperação, partilha, colaboração e competição; trabalham em equipa e usam diferentes meios para comunicar presencialmente; interagem com tolerância, responsabilidade, aceitam diferentes pontos de vista, desenvolvendo novas formas de estar e olhar a sociedade.
Bom	NÍVEL INTERMÉDIO
Muito Bom	Adequam comportamentos em contextos de cooperação, partilha, colaboração e competição; trabalham em equipa e usam diferentes meios para comunicar presencialmente e em rede; interagem com tolerância, empatia e responsabilidade e argumentam, negociam e aceitam diferentes pontos de vista, desenvolvendo novas formas de estar, olhar e participar na sociedade.

2. Aproveitamento geral

No 2.º e 3.º Ciclos o aproveitamento da turma resulta da média aritmética de todos os níveis obtidos pelos alunos que a constituem, materializada numa escala numérica de 1 a 5, sem arredondamento e à décima.

No Secundário o aproveitamento da turma resulta da média aritmética de todos os valores obtidos pelos alunos que a constituem, materializada numa escala numérica de 0 a 20.

Promoção da Excelência

O aluno tem direito a ver reconhecidos e valorizados o mérito, a dedicação, a assiduidade e o esforço no trabalho e no desempenho escolar e ser estimulado nesse sentido; a ver reconhecido o empenhamento em ações meritórias, designadamente o voluntariado em favor da comunidade em que está inserido ou da sociedade em geral, praticadas na escola ou fora dela, e ser estimulado nesse sentido. (cf. Estatuto do Aluno e Ética Escolar)

Nos Salesianos de Manique-Escola existem dois quadros de reconhecimento, com validade durante o ano letivo em que é reconhecido:

1. O Quadro de Valor, Excelência e Mérito (QVEM)

Reconhecimento, valorização e estímulo de ações meritórias e exemplares do(s) aluno(s) ou grupos de alunos do 2.º e 3.º Ciclos e do Ensino Secundário, anualmente, resultantes da dedicação, esforço, brio e excelência, nas seguintes categorias: Académica; Artística; Científica e tecnológica; Desportiva; Representação institucional; Solidariedade e inclusão social; Protagonismo juvenil, Empenho e dedicação.

ACADÉMICA

O saber está no centro do processo educativo.

Toda a ação deve ser sustentada por um conhecimento sólido e robusto.

(cf. Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória)

Reconhecimento do desempenho dos alunos evidenciado no domínio escolar.

- a) As propostas para integração dos alunos, nesta área, são da responsabilidade dos conselhos de turma/equipas educativas, por período letivo.
- b) Critérios para acesso a esta área, no 2.º e 3.º Ciclos:
 - » comportamento Bom ou Muito Bom
 - » ausência de faltas injustificadas
 - » ausência de níveis inferiores a quatro
 - » média igual ou superior a 4,4, sem arredondamento
- c) Critérios para acesso a esta área, no Ensino Secundário:
 - » comportamento Bom ou Muito Bom
 - » ausência de faltas injustificadas
 - » mínimo de quinze valores, em todas as disciplinas
 - » média igual ou superior a 16,5 valores

ARTÍSTICA

As competências na área de Sensibilidade estética e artística dizem respeito a processos de experimentação, de interpretação e de fruição de diferentes realidades culturais, para o desenvolvimento da expressividade pessoal e social dos alunos.

(cf. Perfil dos alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória)

Reconhecimento de alunos que, pela criação de ideias e/ou produtos literários, musicais ou

artísticos geram novos sentidos e constroem conhecimento, promovendo a criatividade e a inovação, em ambientes físicos ou digitais.

- a) As propostas para integrar o quadro, nesta área, são da responsabilidade dos professores que integram o grupo disciplinar da/s área/s de expressão da ideia e/ou projeto e do responsável da ArtiSport, segundo os critérios de acesso, por período letivo.
- b) Critérios para acesso a esta área, no 2.º e 3.º Ciclos e Secundário:
 - » desenvolvimento de uma ideia e projeto criativo
 - » com sentido no contexto a que diz/em respeito
 - » apresentação da ideia e projeto à comunidade
 - » recurso à imaginação, inventividade, desenvoltura e flexibilidade
 - » assunção de riscos para imaginar além do conhecimento existente
 - » capacidade para gerar processos, ações que tragam transformações e mudanças
 - » criação de uma dinâmica social de empenhos contínuos e permanentes para o bem comum

CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

É responsabilidade da escola desenvolver nos alunos a cultura científica que permite compreender, tomar decisões e intervir sobre as realidades naturais e sociais no mundo.

(cf. Perfil dos alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória)

Reconhecendo a importância e o desafio oferecidos pela Ciência para a sustentabilidade social, cultural, económica e ambiental de Portugal e do mundo, **reconhecemos os alunos ou grupos de alunos que, aceitando este desafio, pelo planeamento e concretização de projetos e práticas excecionais, em ambientes físicos ou digitais, colaboram para o bem comum, tendo em vista a construção de um futuro sustentável.**

- a) As propostas para integrar o quadro, nesta área, são da responsabilidade dos professores que integram o/s grupo/s disciplinar/es da/s área/s de expressão do planeamento e projeto, por período letivo, segundo os critérios de acesso.
- b) Critérios para acesso a esta área, no 2.º e 3.º Ciclos e Secundário:
 - » desenvolvimento de uma ideia e projeto
 - » consciência dos equilíbrios e fragilidades do mundo natural
 - » adoção de comportamentos que respondam aos grandes desafios globais
 - » apresentação da ideia e/ou projeto à comunidade
 - » responsabilidade cultural, económica, ambiental e social
 - » colaboração para o bem comum, com vista à construção de um futuro sustentável
 - » assunção de riscos para imaginar além do conhecimento existente
 - » capacidade para gerar processos, ações que tragam transformações e mudanças
 - » criação de uma dinâmica social de empenhos contínuos e permanentes para o bem comum

DESPORTIVA

Os alunos são responsáveis e estão conscientes de que os seus atos e as suas decisões afetam a sua saúde e o seu bem-estar. Assumem uma crescente responsabilidade para cuidarem de si e dos outros e para se integrarem ativamente na sociedade.

(cf. Perfil dos alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória)

Reconhecimento do/s aluno/s que se destaca/m na prática desportiva e valores preconizados, pela continuidade ou repetição de ações ou factos relevantes que prestigiam o desporto.

- a) As propostas de integração no quadro, nesta área, são apresentadas pelos professores de educação física, responsável do Desporto Escolar, responsável da ArtiSport e coordenador da SportBosco, por período letivo.
- b) Critérios para acesso a esta área, no 2.º e 3.º Ciclos e Secundário:

- » desempenho desportivo individual de relevo: sucesso que resulta da perseverança, da disciplina, da dedicação e do trabalho; uma conduta sociodesportiva que evidencie fair-play, tolerância, respeito, humanismo, verdade, o espírito de equipa
- » desempenho desportivo coletivo de relevo: sucesso que resulta da perseverança, da disciplina, da dedicação e do trabalho; uma conduta sociodesportiva que evidencie fair-play, tolerância, respeito, humanismo, verdade, o espírito de equipa

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Reconhecimento do/s aluno/s que, ascendendo a níveis elevados de excelência, prestigiam a escola, representando-a no exterior.

- a) As propostas de integração no quadro, nesta área, são apresentadas por educadores da escola, por período letivo..
- b) Critérios para acesso a esta área, no 2.º e 3.º Ciclos e Secundário:
 - » desempenho excecional, individual ou coletivo, com ou sem premiação, em atividades de organizadas/promovidas pela escola ou por entidades externas, evidenciando uma conduta que prestigie a escola
 - » premiação em concurso organizado por entidades externas à escola, promovido internamente, evidenciando uma conduta que prestigie a escola
 - » premiação individual ou coletiva em competições a nível distrital, regional, nacional ou internacional, evidenciando uma conduta que prestigie a escola
 - » classificação individual em modalidades desportivas: nos três primeiros lugares em competições distritais; nos seis primeiros lugares em competições regionais; nos dez primeiros lugares em competições nacionais, nos dez primeiros lugares em competições internacionais, evidenciando uma conduta que prestigie a escola
 - » classificação coletiva em modalidades desportivas: nos dois primeiros lugares em competições distritais; nos três primeiros lugares em competições regionais; nos seis primeiros lugares em competições nacionais; nos dez primeiros lugares em competições internacionais, evidenciando uma conduta que prestigie a escola

Salvaguarda-se a reformulação anual dos critérios de classificação desportiva, individual e coletiva, pelo grupo disciplinar de educação física, em função da variação do número de alunos ou equipas participantes em cada modalidade/escalão.

SOLIDARIEDADE E INCLUSÃO SOCIAL

Reconhecimento do(s) aluno(s) que, no âmbito da solidariedade e inclusão social, tome(m) iniciativas ou realize(m) ações exemplares na escola ou na comunidade, respeitando a diversidade humana e cultural e agindo de acordo com os princípios dos direitos humanos.

- a) As propostas de integração no quadro, nesta área, são apresentadas por diretores de turma e/ou pelos responsáveis da Pastoral, pelos conselhos de turma/equipa educativa e/ou por técnicos que integram estas equipas multidisciplinares, mas qualquer elemento ou grupo da comunidade educativa pode ser proponente de um candidato ou grupo de candidatos, mediante justificação bem fundamentada, entregue ao Diretor de Ciclo/Secundário.
- b) Critérios para acesso a esta área, no 2.º e 3.º Ciclos e Secundário:
 - » ações de solidariedade promovidas pela escola
 - » voluntariado na comunidade escolar
 - » voluntariado na comunidade envolvente, organizado pela escola ou por entidades externas, promovido internamente
 - » solidariedade para com pessoas com deficiência e/ou incapacidades, em situação de saúde temporária ou com doença crónica
 - » inclusão da pessoa estrangeira
 - » auxílio frequente e altruísta a alunos com dificuldades de aprendizagem
 - » prevenção e negociação frequentes de situações de conflito
 - » discurso interventivo na promoção da inclusão

PROTAGONISMO JUVENIL

Reconhecimento de alunos ou grupos de alunos que, tomando a iniciativa, planeiam e concretizam projetos e/ou adotam práticas com impacto na comunidade escolar ou envolvente.

- a) As propostas para integrar o quadro, nesta área, são da responsabilidade dos elementos que constituem a comunidade escolar, segundo os critérios de acesso.
- b) Critérios para acesso a esta área, no 2.º e 3.º Ciclos e Secundário:
 - » enquadramento da ideia e/ou projeto na realidade escolar ou na comunidade envolvente
 - » ideia e projeto sustentável
 - » gestão de parceiros na implementação da ideia/projeto
 - » apresentação da ideia e/ou projeto à comunidade
 - » responsabilidade cultural, económica, ambiental e social
 - » capacidade para gerar processos, ações que tragam transformações e mudanças
 - » criação de uma dinâmica social de empenhos contínuos e permanentes para o bem comum

EMPENHO E DEDICAÇÃO

Reconhecimento do(s) aluno(s) do 2.º e 3.º Ciclos e do Ensino Secundário que, ao longo do ano escolar, revela(m) empenho e dedicação, na exploração das suas potencialidades.

- a) As propostas de integração no quadro, nesta área, são apresentadas pelos conselhos de turma/equipas educativas e/ou por técnicos que integram estas equipas multidisciplinares, no 3.º período letivo.
- b) Critério para acesso a esta área, no 2.º e 3.º Ciclos e Secundário:
 - » comportamento Bom ou Muito Bom
 - » ausência de faltas injustificadas
 - » superação dos desafios escolares resultante do trabalho, dedicação, esforço e brio inquestionáveis
 - » não ser proposto para integrar o quadro de valor, excelência e mérito da categoria académica.

A proposta de candidatura à categoria Empenho e dedicação é formalizada pelo conselho de turma, que pode integrar o parecer dos técnicos da equipa multidisciplinar, recolhendo o parecer favorável da maioria dos elementos que o constituem e apresenta a fundamentação da sua decisão.

Todas as propostas para integração no QVEM são ponderadas, período a período, pelos conselhos de turma/equipas educativas e apresentadas à Direção Pedagógica para aprovação.

Assiduidade e pontualidade**TIPOS DE FALTAS**

Falta de Presença (FP); Falta de Atraso (FA); Falta de Material (FM).

1. Falta de presença (FP)

- a) Resulta da ausência do aluno à totalidade da aula.
- b) O encarregado de educação deverá antecipar o motivo de ausência, sempre que possível.

1.1. Falta de presença, por motivo de atraso (FPA)

- a) No 2.º Ciclo resulta da chegada do aluno à aula, após as 08h45 e, da parte da tarde, após as 13h55.

- b) No 3.º Ciclo e Secundário resulta da chegada do aluno à aula, após as 08h20 e, da parte da tarde, após as 14h45.

2. Falta de Atraso (FA)

- a) a) A falta de atraso é marcada ao aluno, quando este chega com um atraso até dez minutos.

De manhã, este período é contabilizado a partir do início do Bom-dia, um momento de reflexão que parte de um tema previamente preparado, realizado, todas as manhãs, antes das aulas, por professores e alunos, conforme o Projeto Educativo da escola.

- » 2.º ciclo - 08h30|08h45
- » 3.º ciclo e secundário - 08h05 | 08h20

No período da tarde, com um atraso até dez minutos:

- » 2.º ciclo - 13h45 | 13h55
- » 3.º ciclo e secundário - 14h35 | 14h45

3. Falta de material (FM)

- a) Resulta do facto de o aluno não se fazer acompanhar do material essencial à realização das atividades escolares.
- b) A FM não pode ser equiparada a FP.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS DE PRESENÇA (FP)

1. As faltas referidas em 1. e 2. devem ser justificadas pelo encarregado de educação em impresso próprio, com indicação do dia, da(s) disciplina(s) a que faltou e/ou atividade(s) e respetivo motivo de ausência.
2. A justificação da falta deve ser apresentada previamente, sendo o motivo previsível, ou, nos restantes casos, até ao 3.º dia útil subsequente à sua ocorrência.
3. A justificação é analisada pelo diretor de turma e pelo coordenador de ano/de curso, podendo o diretor de turma solicitar ao encarregado de educação os comprovativos adicionais que entenda necessários à justificação da falta.
4. As faltas que forem consideradas injustificadas serão comunicadas pelo diretor de turma ao encarregado de educação.

INJUSTIFICAÇÃO DE FALTAS DE PRESENÇA (FP)

1. Encontrando-se o aluno na escola, o seu atraso a uma aula, após o intervalo, implicará FP injustificada.
2. Esta falta só poderá ser justificada pelo diretor de ciclo/de secundário.

INCUMPRIMENTO REITERADO DO DEVER DE PONTUALIDADE

1. Atingidas três FP, por motivo de atraso, o encarregado de educação é contactado pelo diretor de turma pelo incumprimento da pontualidade por parte do seu educando.

NORMAS OPERATIVAS ESPECÍFICAS

8

2. No caso de três FA sistemáticas (tendo como referência o período de dez dias úteis), o encarregado de educação é contactado pelo diretor de turma pelo incumprimento da pontualidade por parte do seu educando.
3. Se o aluno reincide no atraso, após contacto do diretor de turma, o diretor de ciclo não permitirá a interrupção da aula, orientando o aluno para o gabinete do coordenador de ano/de curso.
4. O coordenador de ano/de curso (ou o vigilante de piso, sob sua indicação) convocará o encarregado de educação para uma reunião.
5. Se o aluno reincide no atraso, após reunião do coordenador de ano/de curso com o encarregado de educação, o diretor de ciclo/de secundário não permitirá a interrupção da aula, orientando o aluno para o gabinete do coordenador de ano/de curso, convocando o encarregado de educação para se apresentar na escola.
6. Se o aluno reincide no atraso, após reunião do diretor de ciclo/de secundário com o encarregado de educação, o diretor de ciclo/de secundário não permitirá a interrupção da aula, orientando o aluno para o gabinete do coordenador de ano/de curso, convocando o encarregado de educação para uma reunião com a diretora pedagógica.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO (FP|FM)

1. As FP, FA e FM serão consideradas relevantes para a avaliação, segundo os critérios dos respetivos grupos disciplinares, aprovados em Conselho Pedagógico.

EFEITOS DAS FALTAS INJUSTIFICADAS

O diretor de turma verifica a existência de violação do limite de faltas injustificadas (o dobro do número de tempos letivos semanais por disciplina mais uma).

Após a verificação de uma situação de violação do limite de faltas injustificadas:

1. O diretor de turma informa o respetivo o coordenador de ano/de curso
2. O diretor de turma contacta o professor responsável pela disciplina em que o aluno excedeu o número de faltas injustificadas, solicitando o envio das atividades de recuperação da aprendizagem a desenvolver pelo aluno no Plano Trabalho Individual (PTI);
3. O professor estabelece as atividades de recuperação das aprendizagens em atraso, tendo em atenção: os conteúdos lecionados a que o aluno faltou; as medidas já tomadas de forma voluntária pelo docente para compensar a ausência;
4. O diretor de turma formaliza o PTI em formulário próprio e dá conhecimento do mesmo ao coordenador de ano/de curso;
5. Perante as atividades a desenvolver, o professor, o diretor de turma e o coordenador/de curso definem o espaço, a vigilância e o horário para cumprimento do PTI;
6. O cumprimento do PTI, por parte do aluno, realiza-se em período suplementar ao horário letivo, no espaço escolar, respeitando obrigatoriamente o direito do aluno a um intervalo de almoço de 60 minutos, ocupando, preferencialmente, as tardes sem horário letivo, em nenhuma situação, para além das 18h00;
7. O diretor de turma convoca o encarregado de educação para lhe dar conhecimento do PTI;

8. O encarregado de educação será contactado, caso o aluno não compareça no dia e horário estabelecidos para cumprimento das atividades de recuperação das aprendizagens;
9. O PTI realizado pelo aluno deverá ser avaliado no seu cumprimento pelo Conselho de Turma de avaliação subsequente à sua realização;
10. No PTI o/s professor/es e o diretor de turma registam a avaliação no próprio PTI.
11. Para a avaliação será utilizada a terminologia *cumpriu/não cumpriu* sob proposta do diretor de turma e professor responsável pela disciplina;
12. O PTI, na sua formalização, em caso de coincidência temporal na ultrapassagem do limite em várias disciplinas, pode estabelecer num único formulário atividades para as mesmas;
13. O recurso ao PTI apenas pode ocorrer uma única vez no decurso de cada ano letivo;
14. O incumprimento das medidas previstas no número anterior e a sua ineficácia ou impossibilidade de atuação determinam, tratando-se de aluno menor, a comunicação obrigatória do facto à respetiva Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou, na falta desta, ao Ministério Público junto do tribunal de família e menores territorialmente competente, de forma a procurar encontrar, com a colaboração da escola e, sempre que possível, com a autorização e corresponsabilização dos pais ou encarregados de educação, uma solução adequada ao processo formativo do aluno e à sua inserção social e socioprofissional, considerando, de imediato, a possibilidade de encaminhamento do aluno para diferente percurso formativo;
15. Após o cumprimento do PTI e cessando o incumprimento do dever de assiduidade, as faltas dadas em excesso, além do limite previsto, são desconsideradas;
16. O não cumprimento das atividades e/ou medidas previstas (ou a sua ineficácia) determinam a retenção no ano de escolaridade em curso, no caso de frequentarem o Ensino Básico, ou a exclusão na disciplina ou disciplinas em que se verifique o excesso de faltas, tratando-se de alunos do Ensino Secundário, sem prejuízo da obrigação de frequência da escola;
17. Tendo em atenção que só pode existir recurso ao PTI uma única vez por ano letivo, a ultrapassagem de um novo limite de faltas injustificadas pelo aluno, implica a imediata aplicação do referido no ponto anterior;
18. Sob a coordenação do respetivo diretor de turma, em colaboração com os professores das disciplinas envolvidas, será elaborado um plano onde serão incluídas as atividades a desenvolver pelos alunos que ficaram retidos ou foram excluídos por faltas. O horário da turma será cumprido pelos alunos, desenvolvendo os mesmos as atividades em local a designar, com acompanhamento;
19. O incumprimento reiterado do dever de assiduidade e/ou das atividades delineadas pode, ainda, dar lugar à aplicação de medidas disciplinares sancionatórias.

Matrículas

1. Nas turmas com Contrato de Associação:

- 1.1. As inscrições e matrículas deverão ser efetuadas nas datas indicadas na Calendarização Anual de Atividades e/ou na circular informativa, anualmente, publicada para o efeito.
- 1.2. Os critérios de admissão obedecem às normas dos serviços competentes do Ministério da

Educação para as escolas do ensino particular e cooperativo com contrato de associação.

- 1.3. Cumpridos os critérios anteriores e perante uma situação de igualdade entre candidatos, aplicar-se-ão os critérios definidos pelo Conselho Pedagógico: o de menor idade, seguido do das melhores avaliações.

2. Nas turmas de Lecionação Paga:

- 2.1. As inscrições e matrículas deverão ser efetuadas nas datas indicadas na Calendarização Anual de Atividades e/ou na circular informativa, anualmente, publicada para o efeito.
- 2.2. A desistência não dá direito à devolução dos pagamentos efetuados.
- 2.3. O processo de admissão processa-se do seguinte modo:
 - a) O encarregado de educação do candidato efetua uma candidatura (presencialmente ou por via eletrónica, através do site dos Salesianos de Manique).
 - b) O candidato, acompanhado pelo encarregado de educação, efetua uma entrevista no gabinete do departamento psicopedagógico da Escola dos Salesianos de Manique.
 - c) O diretor pedagógico, em conjunto com o/a diretor/a de ciclo, decidirá da admissão ou não do candidato, tendo por base três critérios: o relatório fornecido pelo serviço de psicologia, o comportamento do candidato e as avaliações escolares do mesmo (referentes ao ano letivo anterior) e, sempre que possível, o aproveitamento escolar revelado, até ao momento da entrevista, no ano que se encontra a frequentar.
- 2.4. Cabe aos Salesianos de Manique o direito de, a juízo exclusivo da direção, aceitar ou não a inscrição e matrícula de qualquer aluno para o ano letivo seguinte.
- 2.5. A eventual desistência de um aluno, durante o ano letivo, deve ser comunicada pelo encarregado de educação à direção dos Salesianos de Manique, por escrito, com um mês de antecedência.
- 2.6. A saída de um aluno, seja por que motivo for, não dispensará os pagamentos atrasados nem dará direito ao reembolso de qualquer pagamento já efetuado; do mesmo modo, a desistência parcial não dará direito à redução na mensalidade.
- 2.7. A anuidade comporta o pagamento da inscrição e da matrícula no ato da realização das mesmas, bem como o de 9 (nove) prestações certas, mensais e sucessivas, devidas a título de mensalidades (de setembro a maio).
- 2.8. As mensalidades devem ser pagas até ao dia 8 (oito) do respetivo mês, sob pena de se calcularem juros moratórios à taxa legal em vigor.
- 2.9. Caso o pagamento não seja efetuado dentro do prazo limite acima citado, os Salesianos de Manique ressaltam o direito de acionar os meios legais que entenderem por convenientes, até que a regularização do débito ocorra.

Associação de Estudantes

Os Estatutos da Associação de Estudantes dos Salesianos de Manique-Escola estão disponíveis para consulta na página da escola:

<http://www.manique.salesianos.pt/associações/associação-de-estudantes/estatutos>

Uso de equipamentos tecnológicos: telemóveis e smartwatches*2º e 3º ciclos e secundário*

1. Não é permitido o uso de equipamentos tecnológicos no interior dos edifícios.
2. Não é permitido o uso de equipamentos tecnológicos na deslocação da sala para outro espaço de aprendizagem durante o período de aula.
3. À entrada da sala ou de outro ambiente de aprendizagem, os equipamentos tecnológicos devem ser colocados no espaço reservado para o efeito, sempre que, conforme orientação do(s) professor(es), não sejam necessários à realização das atividades formativas.
4. Sempre que a aula decorrer noutro ambiente de aprendizagem que não a sala da turma, os equipamentos deverão permanecer no interior da mesma, no espaço reservado para o efeito, conforme orientação do(s) professor(es).
5. A escola não se responsabiliza por danos ou extravio de quaisquer equipamentos tecnológicos.

11

2º Ciclo

1. Os equipamentos tecnológicos devem permanecer na sala (no espaço a eles reservado), quando os alunos saem para os intervalos e período do almoço.

3º Ciclo e Secundário

No exterior do edifício, durante os intervalos:

1. Não é permitido captar imagens ou sons de atividades letivas e não letivas, sem autorização prévia de um professor e dos responsáveis pela direção da escola.

Na escola ou fora dela:

1. Não é permitido difundir imagens e sons captados nos momentos letivos e não letivos, sem autorização dos diretores pedagógicos.

Plataforma Moodle

Qualquer utilizador da plataforma E-Educação Moodle dos Salesianos de Manique-Escola (<http://www.e-educacao.manique.salesianos.pt>) que aceda ou utilize os recursos nela disponibilizados aceita implicitamente reger-se por um conjunto de regras e condições. Essas regras baseiam-se no respeito por todos os membros desta comunidade virtual, assim como na observância de uma utilização baseada em boas práticas

1. A plataforma Moodle à qual se refere este documento destina-se exclusivamente à utilização por alunos e docentes pertencentes aos Salesianos de Manique-Escola e elementos da comunidade educativa devidamente autorizados pela Direção da escola.
2. A utilização da plataforma pressupõe a salvaguarda dos direitos do aluno referidos nas alíneas a) b) d) j) s) do artigo 7.º da Secção I do Capítulo III da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro.
3. As atividades realizadas nesta plataforma deverão ser de âmbito educativo, científico e/ou cultural, sem intuítos comerciais.

4. Cada utilizador apenas poderá aceder a áreas/disciplinas nas quais está inscrito.
5. A(s) área(s)/disciplina(s) Moodle em que está inscrito nesta plataforma constituem um prolongamento on-line do espaço escolar, devendo, por isso, obrigatoriamente respeitar as regras a que nesta está sujeito.
6. Os utilizadores deverão utilizar esta plataforma Moodle, apenas, para os fins a que a mesma se destina e para os quais lhes foi permitido o respetivo acesso.
7. No Perfil de Utilizador, apenas, podem ser utilizadas fotografias, nomes e números mecagnográficos reais dos respetivos utilizadores.
8. Os utilizadores deste espaço virtual online são responsáveis pela confidencialidade da informação pessoal utilizada para o seu acesso a esta plataforma Moodle (nome de utilizador, senha de acesso e chaves de Inscrição).
9. Cada utilizador é responsável pelos conteúdos colocados em seu nome, nomeadamente em termos da informação (texto e imagem) relativa ao seu Perfil de Utilizador e publicações.
10. O utilizador aluno rege-se pelos deveres do aluno referidos nas alíneas c) d) e) f) g) h) i) j) o) r) t) u) x) do artigo 10.º da Secção II do Capítulo III da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro. A Direção da escola reserva-se o direito de agir sobre os responsáveis pela divulgação de fotografias e outros conteúdos que não se refiram ao utilizador, que não cumpram os objetivos a que a plataforma Moodle se destina, que não salvaguardem o ponto 2 e/ou desrespeitem as alíneas do ponto 10.
11. O desrespeito dos deveres do aluno poderá levar à aplicação de medidas disciplinares previstas na SECÇÃO II da Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro. O aluno utilizador que reincide num comportamento que desrespeita os outros utilizadores e contraria os objetivos pedagógicos de utilização da plataforma, pela especial relevância do dever violado e a gravidade da infração praticada, será excluído da plataforma.
12. A Direção da escola reserva-se o direito de apagar fotografias e conteúdos que coloquem em causa os direitos dos utilizadores e a finalidade da plataforma.
13. A Direção da escola reserva-se o direito de resolver todos os assuntos que não estejam contemplados nas presentes Normas, tendo em conta a legislação em vigor.

Constituição e composição dos departamentos curriculares

1. Os departamentos curriculares são seis: português, línguas estrangeiras, matemática e tecnologias, expressões, ciências físicas e naturais e ciências humanas e sociais, dividido em duas áreas.
2. Os departamentos curriculares são compostos pelos seguintes grupos disciplinares:
 - 2.1. Departamento curricular de português
 - » grupo disciplinar de (1) português, português língua não materna
 - 2.2. Departamento curricular de línguas estrangeiras
 - » grupos disciplinares de (1) inglês (2) francês
 - 2.3. Departamento curricular de matemática e tecnologias:
 - » grupos disciplinares de (1) matemática (2) tecnologias de informação e comunicação

- 2.4. Departamento curricular de expressões:
 - » grupos disciplinares de (1) educação visual (2) educação tecnológica (3) educação musical e musiteca
- 2.5. Departamento curricular de ciências físicas e naturais:
 - » grupos disciplinares de (1) ciências naturais (2) físico-química, física e química A, física, química (3) educação física
- 2.6. Departamento curricular de ciências humanas e sociais:
 - » grupos disciplinares de (1) história e geografia de Portugal (2) história e ciência política (3) filosofia e psicologia B (4) geografia (5) economia (6) educação moral e religiosa católica
 - » grupos disciplinares de (1) cidadania e desenvolvimento (2) formação e DTProj (3) oficina de expressão
3. O coordenador de departamento curricular coordena o respetivo departamento e grupos disciplinares, sendo responsável pela orientação pedagógica e pela coordenação de todos os docentes que constituem o respetivo departamento.
 - 3.1. O coordenador convoca a reunião do departamento, definindo a ordem de assuntos; preside à reunião e nomeia o secretário da mesma.
 - 3.2. O coordenador de departamento convoca a reunião do grupo disciplinar, definindo a ordem de assuntos; nomeia quem, na sua ausência, e de forma rotativa, preside à reunião; nomeia o secretário.
 - 3.3. Segundo a especificidade dos trabalhos, o coordenador de departamento poderá decidir pela convocatória de reuniões diferenciadas, indicando os destinatários e os respetivos assuntos.

Equipa educativa

1. A equipa educativa é o grupo de docentes que lecionam às mesmas turmas as diversas disciplinas, trabalhando em conjunto nas diferentes fases do processo de ensino e aprendizagem, bem como de avaliação, com vista à adoção de estratégias que permitam rentabilizar tempos, instrumentos e agilizar procedimentos.
 - 1.1. A presidência da reunião da equipa educativa é assumida por um dos diretores de turma, nomeado pelo diretor de ciclo ou, de acordo com o assunto, pelo coordenador de equipas educativas e de projetos do respetivo ano de escolaridade.

Cartão de Estudante

1. O cartão de estudante acompanha o aluno no seu percurso escolar, nos Salesianos de Manique.
2. A decisão pelo código de autorização de saída do aluno é da responsabilidade do encarregado de educação, no ato da matrícula/renovação da matrícula.
 - 2.1. O encarregado de educação que opte pela alteração do código de autorização de saída do aluno, no decorrer do ano letivo, deverá dirigir-se à secretaria da escola e proceder ao respetivo pedido.

**NORMAS
OPERATIVAS
ESPECÍFICAS**

- 2.2. Numa situação futura, se o cartão tiver uma cor específica ou outro dado impresso. Caso o encarregado de educação opte pela alteração do código de autorização de saída do aluno, no decorrer do ano letivo, a mesma obrigará à aquisição de um novo cartão, sendo o seu custo suportado pelo interessado.
3. O custo de aquisição de um novo cartão de estudante é de 10,00 euros.

Serviços

Os Salesianos de Manique-Escola prestam serviços gratuitos e pagos. Relativamente aos serviços pagos, os preçários encontram-se nos respetivos setores (bar, papelaria, reprografia) e na secretaria preçários diversos, nomeadamente, refeições, visitas de estudo, atividades artisport, entre outras.

Cantina

O serviço de refeições fornecido na cantina, pela sua especificidade, é executado por uma vasta equipa de profissionais qualificados. Esta equipa responde às mais diversas situações e questões/especificidades apresentadas pelos utentes que frequentam o serviço; fornece ainda, diariamente, três pratos: normal, dieta e vegetariano.

O valor praticado por refeição, 5,50 euros, reflete a qualidade do produto, a forma como o mesmo é confeccionado e o serviço de *self-service*.



Rua dos Salesianos, 1, 2645-438 Alcabideche
Tel: 214 458 210
Fax: 214 447 396 / 214 447 399
www.monique.salesianos.pt
monique@salesianos.pt